

27 NOV 1990

Brasil admite pagar mais se for "remessa de divisa"

O embaixador especial da dívida externa brasileira, Jório Dauster, adiou para hoje à noite o seu embarque para Nova Iorque e, amanhã, apresentará ao Comitê dos Bancos Credores uma nova proposta que não compromete o conceito de capacidade de pagamento colocado na mesa pelo Brasil. Dauster dirá aos bancos credores que o governo brasileiro concorda com uma negociação direta entre as instituições financeiras internacionais e seus devedores brasileiros do setor público que ainda não depositaram os juros em atraso no Banco Central. Dessa forma, os recursos seriam automaticamente depositados no Banco Central e transferidos aos bancos, não sob a forma declarada de pagamentos de juros atrasados, mas sim como remessa de divisas estrangeiras, amparadas na Resolução 4.131 do Banco Central e garantidas pelo Tesouro. Isso poderá significar mais US\$ 300 milhões além dos

US\$ 900 milhões que o Brasil prometeu inicialmente pagar aos bancos.

Dauster atrasou sua viagem para poder arrematar a proposta com o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, que estava em negociações com presidentes dos bancos centrais da Europa e voltou ao Brasil neste final de semana. Ontem, os dois se reuniram com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e voltarão a se encontrar novamente hoje, para a montagem dos detalhes finais da contraproposta que será apresentada aos banqueiros. "Uma negociação é assim mesmo. Em 1988, o governo demorou sete meses para fechar um acordo que só durou nove meses. Agora, estamos preocupados com uma negociação duradoura", comentou Dauster, que está partindo para a quarta rodada de entendimentos com o Comitê de Bancos Credores.

Entre técnicos do Banco Central,

essa contraproposta pode significar uma saída para o virtual impasse surgido com os credores. Fontes do BC salientaram que os devedores do setor público junto aos bancos internacionais fariam o pagamento em cruzeiros ao BC, que seriam transformados em dólares e tomariam o rumo de cada prestador. Mas tudo, no final, dependerá do poder de convencimento de cada credor estrangeiro junto ao seu devedor brasileiro do setor público e da disponibilidade de recursos em cruzeiros necessária à liquidação do débito.

As conversações da semana passada empacaram justamente no fato de que parte dos juros atrasados computado pelo comitê, que quer um pagamento de US\$ 2,5 bilhões até dezembro, incluía recursos não depositados por algumas empresas estatais no Banco Central, não incluídos na proposta brasileira de um pagamento de US\$ 900 milhões. (A.E.)